

Estados Unidos: o ocaso na guerra afegã

Virgílio Arraes

O artigo trata da presença militar dos Estados Unidos no Afeganistão, a partir de outubro de 2001. Após quase uma década, a intervenção norte-americana, através da liderança da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), fracassou, porque não transformou o país em uma república democrática de fato. No entanto, a Casa Branca insiste na permanência lá, sob a justificativa de que o terrorismo fundamentalista voltaria a crescer.

Palavras-chave: Estados Unidos, Guerra do Afeganistão, terrorismo, Barack Obama, OTAN

Abstract: The article deals with the American military presence in Afghanistan since 2001 October. After almost a decade, the American intervention, through the leadership of North Atlantic Treaty Organization (NATO), has failed because it didn't change the country into a de facto democratic republic. However the White House insists to be there under the justification the fundamentalism terrorism would grow again.

Key words: United States, Afghan War, terrorism, Barack Obama, NATO

No período da Guerra Fria, presidentes do Partido Republicano encerraram a participação do país em duas guerras no continente asiático: a da Coreia, por Dwight Eisenhower, em 1953, e a do Vietnã, por Richard Nixon, em 1973. Em ambas as ocasiões, seus adeptos tentaram frisar bem a responsabilidade do Partido Democrata em iniciar tais conflitos.

No pós-Guerra Fria, a situação avessou-se aos republicanos: em vez de finalizar confrontações de médio porte, eles principiaram duas em um curto intervalo de tempo – a do Afeganistão, em outubro de 2001, e a do Iraque, em março de 2003. Decorridos vários anos, não se vislumbra mais possibilidade de vitória em nenhuma delas e a permanência dos contingentes norte-americanos meramente prolonga o martírio das três sociedades diretamente envolvidas.

No começo do pleito presidencial de 2008, o ponto fraco dos republicanos havia sido exatamente a política externa, mas não a ponto de debilitar totalmente sua candidatura, encabeçada por John McCain, antigo senador do Arizona provindo de família de renomados militares.

Virgílio Arraes é doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Professor de História Contemporânea do Departamento de História da mesma instituição.

Por outro lado, os democratas dedicaram-se a renovar, ao escolher um jovem professor universitário, Barack Obama, especializado em direito constitucional. Filho de queniano e de norte-americana, ele era senador por Illinois em primeiro mandato. Habilidade retoricamente, ele apontou bem as falhas do país, principalmente quanto à segunda Guerra do Golfo, deslegitimada diante da comunidade internacional desde o alvorecer, em março de 2003.

Favorecidos de modo involuntário ao final da eleição, em decorrência da crise econômica, os democratas voltaram à Casa Branca, cômicos das condições desfavoráveis herdadas, tendo em vista que foram elas as responsáveis pelo seu êxito. Todavia, em vez de se aproveitarem da oportunidade singular, os democratas a desperdiçaram, por tibieza ou inexperiência, e não poderão mais atribuir a responsabilidade política a seus opositores quando do pleito presidencial em 2012.

Portanto, o objetivo do artigo é expor a adversa situação por que passa o governo norte-americano na condução do hoje desnecessário conflito em torno do território afegão e, por causa da partilha de fronteira, paquistanês.

Oriente Médio e adjacências: o espraiamento norte-americano

A Guerra do Afeganistão iniciou-se como contraponto

ao ataque aéreo de 11 de setembro de 2001, evento que provocou a morte de milhares de pessoas e gerou pânico sem par durante dias na recente história estadunidense.

Logo após o raide, os Estados Unidos identificaram o teocrático Afeganistão, sob liderança do Talibã, como a origem da investida terrorista e, portanto, como alvo do possível contra-ataque. Naquele período, Cabul hesitou em capturar o suposto mentor da ação, o milionário saudita Osama bin Laden, com a finalidade de extraditá-lo para autoridades estadunidenses, apesar da significativa recompensa oferecida pelo governo norte-americano havia muitos anos por outras ações – cinco milhões de dólares (Newsweek, 1999, p. 5)¹.

A justificativa para a demora na tomada de decisão fora a de que, após contato reservado com Islamabad, não haveria, a princípio, vínculos consistentes entre aqueles terroristas e o grupo de Laden – a responsabilidade seria

No governo Obama, a acomodação dos democratas levou à continuidade das linhas gerais da política exterior dos EUA no Oriente Médio. Diferenças eventuais surgiram quanto a prazos ou a formas de execução, mas não de formulação.

assumida por ele anos depois (Statesman, 2001, p. 1)².

Pressionado prontamente pela opinião pública a responder à agressão a Nova York e a Washington, o Presidente George Bush autorizou o bombardeio de território afegão dias depois da recusa do governo local de entregar-lhe o principal suspeito. A expectativa norte-americana havia sido a de expulsar o Talibã do poder em poucas semanas e posteriormente transformar o país em aliado próximo, como em parte dos anos 90, ao aproximá-lo de padrões políticos e econômicos do Ocidente, isto é, da democracia (neo)liberal.

Ao mesmo tempo, não seria laicizado totalmente, com o propósito de não provocar a visão de ser um governo anti-muçulmano – neocruzado – haja vista a necessidade de granjear o apoio de outros países muçulmanos na oposição ao terrorismo (Bush, 2001, pp. 1347-1351, Aretxaga, 2001, pp. 142-144).

Quase dez anos mais tarde – diante de insuficientes resultados em solo afegão e, indiretamente, paquistanês e também iraquiano – o Presidente Barack Obama teve a seus olhos a memoriosa oportunidade de encerrar a era das guerras republicanas, visto que nenhum dos objetivos propostos havia sido plenamente satisfeito – eliminação política do Talibã e contenção do terrorismo fundamentalista.

A imponente vitória na eleição presidencial de 2008 conferia ao Partido Democrata a oportunidade ímpar de, ao assumir o poder em janeiro de 2009, desfechar os confrontos, sendo-lhe permitido valer-se da mesma retórica de décadas atrás, ao identificar perante a opinião pública o responsável pela ignição da ação militar – no caso, seu cotidiano opositor, o Partido Republicano.

Sem dúvida, a admissão da derrota também lhe seria desgastante, mas dissolver-se-ia com o passar do tempo, à medida que os danos colaterais desaparecessem, como as prisões secretas do ultramar e a aplicação de maus tratos aos prisioneiros, a exemplo dos constatados na base de Guantânamo.

No entanto, a acomodação dos democratas desembocou na continuidade das linhas gerais da política exterior dos EUA no Oriente Médio e adjacências durante a primeira metade do mandato de Obama – diferenças eventuais afloraram quanto a prazos ou a formas de execução, mas não de formulação.

Ainda assim, não houve de início uma posição de divergência quanto à extensão da permanência no Iraque e no Afeganistão. Adotou-se o prazo sugerido pela gestão anterior: 2010 para o Iraque e 2011 para o Afeganistão. Outrossim, a retirada das tropas não implicaria sua saída total: unidades de elite permaneceriam em tais territórios de modo indefinido.

O aguardado retorno dos efetivos deveria ser executado em escala gradual, porque o governo afegão e o iraquiano não teriam condições adequadas para assumir plenamente a segurança de seus respectivos territórios e o combate ao terrorismo de origem fundamentalista.

A exceção de postura da Casa Branca estendeu-se apenas ao Irã, ao rechaçar o governo, encabeçado por Mahmoud Ahmadinejad, porém sem cogitar um ataque ao território, sem que houvesse o apoio do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Ademais, enfatizou-se a necessidade do diálogo, com o fito de desanuviar a tensão naquela região (Ward, Dombey, 2008, Wells, 2009, pp. 36-39).

Afeganistão: conturbada presença

A importância do Afeganistão na política externa norte-americana decorre do fato de o país ser considerado o centro recente do terrorismo integrista, visualizado, através dos meios de comunicação, no grupo de Osama Bin Laden – ele mesmo, até o momento, intangível. Eis a razão principal por que Washington resiste em retirar-se do país, apesar dos constantes revezes em quase dez anos de guerra.

Desde o início da ocupação, analistas divergem sobre o motivo do insucesso: se foi a incapacidade militar ou a ausência de apoio do sofrido povo, esmorecido por confrontos quase contínuos há mais de três décadas: primeiro, o soviético; depois, o civil; por último, o atual, o otaniano.

A longa permanência de tropas estrangeiras em solo afegão auxiliou a ressuscitar o combalido espírito nacionalista, a despeito das fortes rivalidades étnicas ou religiosas. Como exemplo, não houve até o momento identificação do paradeiro de Bin Laden ou do Mulá Omar pela população, apesar da divulgação do alto valor da recompensa – respectivamente 25 e 10 milhões de dólares (Labott, 2005, *The Telegraph*, 2005)³.

Em face da colaboração cotidiana mínima dos afegãos, a postura do eixo norte-atlântico assinala-se por pouca inventividade: diante da dificuldade, a opção subscrita tem sido a de enviar mais efetivos, a um custo naturalmente cada vez maior. O descrédito da presença ocidental em território afegão decorre da frustração com o processo de recuperação e de integração à sociedade internacional: a globalização virtuosa por meio da qual a sociedade local se modernizaria não ocorreu.

Portanto, não houve o fluxo aguardado de investimentos e o país continua sem a infra-estrutura adequada – energia elétrica e água potável, por exemplo, não pertencem ao dia-a-dia da população. Males como poliomielite e tuberculose disseminam-se sem contraposição do setor público e a taxa de mortalidade infantil é uma das mais altas do globo. Na educação, a situação é desanimadora também, com a persistência de altas taxas de analfabetismo.

A longa permanência de tropas estrangeiras em solo afegão auxiliou a ressuscitar o combalido espírito nacionalista, a despeito das fortes rivalidades étnicas ou religiosas.

No plano civil, a Constituição instituiu direitos iguais para todos os cidadãos em 2004. Além do mais, o Executivo assinou nos últimos anos vários tratados internacionais, vinculados a direitos humanos. No entanto, permanece a discriminação contra as mulheres, especialmente nas áreas rurais, onde vigoram costumes tribais ou religiosos, por incapacidade de o poder público fiscalizar o cumprimento da legislação contemporânea.

Destarte, a passagem de poder do Talibã para a Aliança do Norte não significou a transformação da sociedade afegã: aos olhos dos formuladores do governo Bush, a fixação de um governo secular por si promoveria a modernização, ao encerrar disputas internas e ao conectar o país a diretrizes

ocidentais. No fim, a perspectiva de modernização ao estilo ocidental de Washington mostrou-se simplória, ao ignorar a profundidade do enraizamento de determinados hábitos na dividida sociedade afegã, vinculados, por sua vez, a antigas identidades étnicas e religiosas (Cullather, 2002, pp. 512-539, Hirsch, 2005, p. 19, Gerson, 2009, pp. 8-9).

Por isso, os democratas propuseram dedicar-se mais à Guerra do Afeganistão, ao longo dos debates presidenciais, em função de ser o território no qual se abrigaria o pior adversário dos Estados Unidos: o terror integrista, contido, mas não eliminado até aquela data.

Uma das maiores dificuldades relaciona-se com a geografia do Afeganistão: ela propicia abrigo seguro aos fundamentalistas, dado o emaranhado de túneis em inúmeras cavernas em cujas trilhas poucos se aventuram com destreza. De mais a mais, a fronteira afegã-paquistanesa é bastante porosa do ponto de vista do patrulhamento, o que permite desenvoltura na circulação dos oponentes e, por conseguinte, refúgio diante do inimigo norte-atlântico.

O enfrentamento entre tropas otanianas e milícias insurgentes ocorre em um cenário no qual as condições são desfavoráveis aos estrangeiros, malgrado a superioridade tecnológica. Desta forma, há um impasse porque nenhum dos dois lados vislumbra no horizonte a vitória definitiva.

A indefinição conduz a outro problema: a recuperação da infra-estrutura, abandonada desde a saída da extinta União Soviética, em 1988. Sem o recobrimento, o apoio da população aos efetivos ocidentais define, uma vez que não há percepção de melhora com a presença dos euro-americanos.

A postura inconsistente dos democratas

Ante o exposto, os democratas, portanto, dispunham de um diagnóstico bastante preciso do Afeganistão. A despeito de a opção bélica não ser a mais viável, eles também apostaram em uma vitória lá, diferentemente do Iraque. Se positiva, ela teria sido a primeira de um presidente democrata desde a Segunda Guerra Mundial.

Nos primeiros doze meses de gestão de um estadista, é possível medir a distância entre a série de propostas expostas ao longo da campanha eleitoral e sua execução. Assim, pode-se avaliar a vontade do partido ou da coligação de realizar seu projeto político no poder ou de nele acomodar-se.

No correr do mandato presidencial, a realidade lapida a proposta apresentada à sociedade em estado bruto durante a disputa. Não há a expectativa total em uma democracia de uma correlação bem próxima entre a apresentação

inicial de uma plataforma socioeconômica e a execução final, salvo em períodos de crise tão aguda que levassem a sociedade e o Parlamento a conferir temporariamente poderes excepcionais ao Executivo.

De modo geral, os anos subseqüentes de um mandato são marcados por maior quietude política concernente à execução de uma pauta reformadora, em especial se o governo não desfrutar de maioria no parlamento e, em última instância, de primazia na instância superior do Judiciário.

O primeiro ano de Barack Obama à frente da Casa Branca especificou a resignação de sua política externa, ao sustentar as linhas gerais de seu antecessor, George Bush. Pode-se argumentar que o primeiro quartel da gestão foi um período de transição, marco necessário para se conciliar a meta da proposta original com uma aplicação exequível, ou seja, com o aceite parcial de representantes da oposição⁴.

De início, os democratas envidaram mais esforços em questões internas, como a da reforma do sistema de saúde pública ou a da destinação de mais verbas para a infraestrutura⁵. Em tese, os democratas passariam a dedicar mais esforços à política externa somente no segundo ano de mandato.

O postergamento, porém, piorou o problema, porque os custos militares agravaram-se proporcionalmente, uma vez que a crise econômica de 2008 havia drenado recursos significativos para o setor financeiro. Assim, o estado indefinido de guerra é posto em xeque, apesar da invocação de invocar-se o ataque perpetrado em setembro de 2001 como justificativa da ação militar no Afeganistão.

Com a ação militar ineficiente, Washington recorre

O descrédito da presença ocidental em território afegão decorre da frustração com o processo de recuperação e de integração à sociedade internacional: a globalização virtuosa por meio da qual a sociedade local se modernizaria não ocorreu.

de maneira acanhada a outros expedientes: um deles tem sido o aliciamento de líderes locais, através de cargos no governo ou de participação na execução de serviços em um país em que o desemprego é alto (Khalizad, 2010, p. 9).

Todavia, uma das queixas da população é o emprego por construtoras norte-americanas de trabalhadores de várias nacionalidades, como filipinos e indianos. Sob justificativa de baratear o custo de edificações, a medida termina por causar prejuízos à percepção que a população tem a respeito da coligação atlântica.

Com isso, a expectativa de reduzir a absorção de jovens

por grupos integristas frustra-se. Não é demais lembrar que o país, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), localizava-se na 155ª posição em termos sociais de um total de 169 pesquisados (Consolidated Appeal for Afghanistan, 2011).

O Pentágono, no entanto, insiste na via militar, ao propor a reestruturação do tamanho das tropas. Isso leva à indagação: para qual finalidade ela se endereçaria? Se direcionada à expulsão ou eliminação total da resistência, o número de soldados teria de ultrapassar os seis dígitos, a um custo improvável de ser arcado.

Mesmo assim, os investimentos militares no país não se interrompem: em 2010, o Pentágono estimou gastar mais de um bilhão de dólares na reforma de suas instalações – apenas a base aérea de Bagram, estruturada pelos soviéticos no final da Guerra Fria, acolhe mais de 20 mil efetivos. Em Candaar, a situação é similar: sua base abriga em torno de 30 mil combatentes (no início do conflito, eram 12 mil) e nela há pista de hóquei e discoteca (Dreazen, 2009, p. A.8, The Sentinel, 2009, p. 25).

A formação de um Estado realmente nacional tem sido uma aspiração impraticável em território afegão. Questões étnicas ou religiosas nunca permitiram a união de fato do país. No século XIX, os britânicos e os russos viam-no como uma zona tampão entre os interesses das duas potências naquela região. Até a recente intervenção otaniana, o Talibã governou-o, na prática, sob o constante império da lei religiosa, como forma de contornar a idéia de nacionalidade (Hiro, 2001, p. B.2, Binyon, 2001, p. 6).

Desta maneira, a tentativa de fixar um governo nacional e laico, ao estilo ocidental, esmaece, à medida que se afasta da capital, Cabul, ou de outras cidades maiores. Mencione-se que quase 75% da população reside na zona rural, onde a tradição clânica é bem presente. O fator cultural não facilita a aproximação política. Além do mais, a população no dia-a-dia não consegue diferenciar a corrupção da incompetência administrativa de um governo identificado com o Ocidente (MacDonald, 2009, p. 12)⁶.

A coligação atlântica, em vez de incentivar o governo afegão a apurar eventuais desvios de conduta ou a corrigir hipotéticas deficiências administrativas, auxilia-o no plano da força. Por conseguinte, o desgaste à presença amero-européia tem várias causas. A partir de então, dificulta-se a valorização dos preceitos formalmente democráticos à sociedade afegã, em vista de tantos problemas.

Adensamento da questão afegã: a fronteira paquistanesa

Com a chegada dos democratas à Casa Branca, a

questão afegã tornou-se mais complexa, por dois fatos: a possibilidade de a confrontação atingir territorialmente o Paquistão, por causa do Balochistão, área fronteiriça em que circulam os insurgentes, e a necessidade de dedicar de modo momentâneo maior atenção à economia, tendo em vista os efeitos deletérios da crise de 2008 em todo o planeta.

No caso paquistanês, a preocupação originou-se do intrincado processo de poder do país, no qual as forças extremistas passaram a ter maior peso socialmente. Por ser o Paquistão detentor de armas atômicas e de efetivos com cerca de 600 mil membros (um dos dez maiores do mundo), toda perturbação política naquele país é alarmante para os Estados Unidos.

Com a ação militar ineficiente, Washington recorre a outros expedientes: um deles tem sido o aliciamento de líderes locais, através de cargos no governo ou de participação na execução de serviços em um país em que o desemprego é alto.

Mesmo assim, as forças armadas estadunidenses enviaram de forma constante aviões não tripulados, que desempenhavam missões de reconhecimento e de ataque na fronteira paquistanesa-afegã, tendo por efeito mais a morte de civis – mesmo paquistaneses – que a contenção ao terrorismo. Justificaram-se estes vôos como investidas seguras a núcleos terroristas (Baldauf, Tohid, 2003, p.1, BBC Monitoring South Asia, 2010).

No caso, os falecimentos foram execuções extrajudiciais, proibidas no ordenamento internacional, mesmo em tempos de guerra – a base legal para a autorização de investidas aéreas havia sido a resolução nº 35/37, de novembro de 1980, da Assembléia Geral das Nações Unidas, ainda que ela se refira a movimentações internas. Assim, poder-se-ia considerar o conjunto de tais ações como eventuais crimes de guerra.

Outrossim, tal tipo de ação poderia desembocar em crime de responsabilidade nos Estados Unidos, uma vez que a legislação estabeleceu nos anos 70 a proibição de assassinios políticos por servidores públicos norte-americanos⁷.

No entanto, o governo de George Bush posicionou-se de modo diferente quanto ao tema. A restrição às eliminações seria suspensa durante época de guerra, ainda mais se conectada ao terrorismo, dado o direito de autodefesa, assegurado, por sua vez, pela Carta das Nações Unidas. Destaque-se que o novo entendimento jurídico compôs

uma gama maior de leituras sobre o comportamento dos Estados Unidos diante de uma confrontação – basta recordar, por exemplo, o status dos aprisionados, em especial dos enviados à base de Guantánamo.

Independentemente das avaliações feitas em torno do ordenamento jurídico, as ocasionais agressões fronteiriças, mesmo aéreas, ajudam a erodir a relação entre Estados Unidos e Paquistão, o que obsta ainda mais a colaboração com o propósito de reprimir os grupos fundamentalistas. O ponto para o equilíbrio na região fronteiriça seria o envio de mais milhares de combatentes, o que cada vez mais dificultaria, por outro lado, o estabelecimento de um cronograma de retirada. Washington não confia em Cabul para assumir o pleno combate ao terrorismo.

Mesmo na Casa Branca, a situação administrativa não é confortável, uma vez que Hillary Clinton não foi o nome de preferência de Barack Obama para o Departamento de Estado, por causa de seu conservadorismo extremado. Entrementes, sua indicação foi importante para compor a distribuição interna de poder entre os democratas. A atuação de Clinton permite observar o perfilamento das diretrizes republicanas no tocante ao Oriente Médio e cercanias. Assim, não causa estranheza o posicionamento do Departamento de Estado, ao basear-se na continuidade da ação militar. O prazo para retirar-se totalmente seria longo, próximo de 2020, o que demandaria sempre mais tropas.

Na visão do governo democrata, o problema da política externa no passado não teria sido a inação, mas a ineficiência da aplicação das medidas. Diante do diagnóstico, a via militar tem sido considerada a mais oportuna, a despeito de certo descontentamento da opinião pública. O país deveria realmente concentrar-se no Afeganistão, área em que, a despeito dos esforços despendidos pela Força Internacional de Assistência para Segurança, Estado e nação se encontram até hoje dissociados, o que contribui para a atuação de grupos fundamentalistas, de viés marcadamente antiocidental.

Com a manutenção do norte atual, o dispêndio crescente com atividades militares é inexorável – avalia-se que, para cada dólar gasto em solo afegão, 80 centavos destinam-se à parte bélica, ao passo que o restante ora se dirige para a cooperação técnica, ora para o auxílio humanitário. Em 2010, as forças otanianas deslocaram contingentes para o sul e para o leste do Afeganistão, com o propósito de executar ações contra-insurrecionais e, portanto, de estabilizar a fronteira afegã-paquistanesa.

Paralelamente, outras unidades reprimiram o plantio da papoula, com o fito de dificultar o financiamento do

Talibã. Todavia, saliente-se que a maior presença de tropas norte-atlânticas gerou outro problema: a ampliação de aprisionados e a conseqüente falta de recursos humanos e materiais para custodiá-los⁸.

Em vez de prolongar sua presença no problemático país, Washington teria de envolver os países próximos, através da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) que compreende, entre outros, Rússia, China, Tajiquistão, Usbequistão e o próprio Paquistão.

Desta maneira, a Casa Branca poderia firmar um período de transição: à medida que a OCX estivesse mais atuante, a OTAN poderia paulatinamente recolher-se, haja vista seu precoce fracasso como força-tarefa além-mar – no início de 2009, Canadá e Holanda, por exemplo, já haviam manifestado seu desinteresse em participar de operações externas. Seria naturalmente mais proveitoso

Na visão do governo democrata, o problema da política externa no passado não teria sido a inação, mas a ineficiência. Diante deste diagnóstico, a via militar tem sido considerada a mais oportuna, a despeito de certo descontentamento da opinião pública.

solicitar o apoio dos países fronteiriços que mendigar de tempos em tempos o prolongamento da permanência de desestimuladas tropas otanianas (Singh Roy, 2010, pp. 545-561).

Saída do Afeganistão: variadas motivações

Às vésperas de assumir o poder, Barack Obama delineou três diretrizes de suma importância para a política externa norte-americana: encerramento das atividades presidiárias da base de Guantánamo, intensificação dos esforços antiterroristas no Afeganistão em 2010 e retirada da maioria das tropas do Iraque até 2011. Nenhuma delas se executou em ritmo adequado.

Saliente-se que a tomada de decisão de um dirigente não é tarefa fácil, por ser composta de permanente tensão. O poderio de um país não viabiliza por si a melhor condição para a deliberação de uma questão, por vezes emergencial, porém apenas a possível, por conta do contexto interno e externo multifacetado, isto é, constituído de atores e de interesses diferentes. A título de ilustração, registre-se na política externa a disputa de primazia entre diplomatas e militares.

A alternativa de militarizar ainda mais a atuação dos Estados Unidos no Afeganistão é derivada da lide de

certas burocracias que se influenciam muito também por segmentos privados, como corporações petrolíferas e armamentistas e, em escala menor, organizações não governamentais, agregadas a direitos humanos, à defesa das mulheres, ao meio ambiente, à preservação dos direitos de minorias religiosas ou étnicas.

Lá, prevaleceu a posição do Departamento de Defesa: o caminho exequível para firmar a estabilidade é a ampliação, ainda que temporária, das tropas, com o propósito de desestimular a insurgência; com isso, haveria a pavimentação para entabular negociações com lideranças locais. Na visão do Pentágono, o governo afegão não tem condições para efetivar este roteiro, por causa do patente desaparelhamento de suas forças armadas.

Tendo em vista que a presença anglo-americana não se resume ao braço armado de seus governos, há a presença de conglomerados privados pertencentes basicamente aos setores de energia e de segurança. Embora a atuação de ambos se entrelace bastante, ela não tem sido suficiente para assegurar o funcionamento regular das unidades de produção e dos equipamentos e, por conseguinte, proporcionar o lucro esperado.

Chegou-se, portanto, a um impasse, haja vista o período de permanência das tropas anglo-americanas em solo afegão: três mil dias com um custo diário de milhões de dólares, sem perspectiva remota de vitória, um tempo muito superior ao da época da Segunda Guerra Mundial, quando elas enfrentaram as mais poderosas forças armadas da Europa. Além do mais, o grupo de Hamid Karzai, apesar de todo o apoio ocidental, mal conseguiu superar no último pleito presidencial seus adversários, a não ser que se ponham de lado as constantes denúncias de fraude ao longo da campanha.

A insuficiência de mediadores decorre da gradativa supressão de lideranças locais nas últimas quatro décadas por causa das rupturas políticas como a substituição do regime monárquico por um republicano em 1973, a invasão da União Soviética no fim de 1979, e a queda, em 1992, do governo comunista, substituído por um islâmico. Em função do histórico de violência, é difícil identificar nomes moderados dispostos a participar de um processo por meio do qual a pacificação do país ocorreria através da promoção da retirada gradual dos contingentes estrangeiros (Hayden, 2009, p. A.23, Rubin, Cowell, 2009, p. 3)⁹.

Além do mais, é injustificável apresentar à opinião pública estadunidense a visão de que o Afeganistão seria um país no início da aprendizagem democrática, de sorte

que problemas de monta poderiam vir à tona. Não há garantia alguma de que o processo eleitoral se aperfeiçoe. Some-se a isso o fato de que o país continua a providenciar a maior parte da matéria-prima para a fabricação de heroína, com parte da renda auferida destinada a financiar as atividades do Talibã – considera-se que o país seria responsável por quase 90% da produção mundial da droga.

Para muitos agricultores, o cultivo da papoula tem sido a única fonte de renda, por ser de comercialização fácil e de repressão difícil, em vista do posicionamento de parcela das forças policiais: corrupção ou omissão, a despeito de ter em seus quadros cerca de 100 mil contratados. Acrescenta-se a qualidade operacional deficiente da polícia, por causa da hipótese da aliança otaniana de que partidários do Talibã ou de outras vertentes fundamentalistas infiltram-se nela, com o fito de prejudicar o trabalho e, portanto, de desmoralizar sua atuação cotidiana. Não se desconsidere a possibilidade de que haja de modo constante desvio de armamentos para grupos insurretos ou mesmo para quadrilhas de criminosos.

Desta maneira, ante o descalabro presente, deve-se trazer novamente à tona efeméride da recente história afegã: a presença militar da extinta União Soviética em seu território, a datar da véspera do Natal de 1979. A razão para o deslocamento daquelas tropas foi a de apoiar os comunistas locais e, ao mesmo tempo, conter a emergência de movimentos integristas.

Em função do histórico de violência, é difícil identificar no Afeganistão nomes moderados e dispostos a participar de um processo gradual de pacificação por meio da retirada das tropas estrangeiras.

Quase dez anos mais tarde, os soviéticos retiraram-se do país sem muito a celebrar. A fim de abrandar o desgaste político – o “Vietnã da URSS” – Moscou oficiosamente expressava que aquela situação somente havia sido possível devido ao apoio indireto de Washington, por meio do fornecimento de armamentos e do provimento de auxílio técnico, notadamente aos setores mais radicais da resistência (Suhrke 2007, 1300-1304; Gibbs 1987, 371-374).

De certa maneira, invocou-se cá a mesma argumentação do momento de saída dos contingentes estadunidenses do Vietnã do Norte – a ajuda maciça chinesa aos sul-vietnamitas. Desta feita, a situação desfavorável ocorre sem o concurso algum de uma grande potência, o que fortalece ainda mais o abatimento da Casa Branca. Como medida

temporária, visto que não há aparato governamental necessário para garantir o andamento normal das atividades de reconstrução do Afeganistão em vários locais, os ocupantes recorrem à tática da proteção junto a chefes locais, via pagamentos, ou seja, cooptam-nos.

Há um efeito involuntário na aplicação pragmática de tal medida, também experimentada no Iraque: a transformação do país de Estado aliado em cliente, o que não teria ensejado, portanto, a necessidade de uma guerra, sem serventia alguma, ao custo de milhares e milhares de vidas em quase uma década. Outrossim, a corrosão política de Washington lá não teria sido tão substantiva.

A desconfiança da opinião pública norte-americana concernente a poucos resultados efetivos nos últimos anos poderia desencadear um hiato de credibilidade e inviabilizar a continuidade do país no conflito – Lyndon Johnson passou por isso na Guerra do Vietnã¹⁰. É difícil explicar o sacrifício das tropas em tão distante território e com tão poucos resultados positivos.

Conclusão

A investida no Afeganistão, a partir de outubro de 2001, foi aceita pela sociedade internacional, em decorrência de ter sido o país o principal local de abrigo do grupo perpetrador do ataque de 11 de setembro aos Estados Unidos, a Al-Qaida, ainda que quinze dos dezenove seqüestradores daquele trágico dia fossem de nacionalidade saudita. Ao assumir a Casa Branca, o Partido Democrata tinha o compromisso de alterar a política econômica, por causa da crise de 2008, e a exterior, por conta do andamento de duas guerras infrutíferas no Oriente Médio e adjacências – Iraque e Afeganistão.

No primeiro ano de governo, a Casa Branca concentrou-se na economia e na saúde; por isso, eis uma possível justificativa para a manutenção da rota na atuação do Departamento de Estado e do de Defesa. No segundo ano, o foco deveria deslocar-se para a atuação externa, a partir do estabelecimento de uma nova orientação. Na primeira tentativa de acanhadamente mudar o comportamento do país nas duas praças de guerra, em especial o Afeganistão, o resultado não foi positivo. Ressalte-se que a eventual mudança de norte havia derivado mais da perspectiva financeira do que da de comportamento.

Assim, a extensão do conflito afegão ocasionou indiretamente a divergência entre Executivo e Legislativo, relativa à elaboração do orçamento do ano de 2011, iniciado em outubro de 2010. Em função do déficit, o governo havia cogitado a redução de verbas destinadas à rubrica de defesa, o que afetaria a atuação em solo afegão.

No entanto, o Congresso, ao posicionar-se firmemente contra a iniciativa, obrigou a Casa Branca a recuar. Indo mais além, o Capitólio terminaria por aprovar fundos emergenciais para as operações no Afeganistão na ordem de trinta bilhões de dólares.

Se, nos Estados Unidos, a proposta foi frustrada, na Grã-Bretanha, não. Malgrado o governo pertencer ao Partido Conservador, houve, durante a elaboração do orçamento, a diminuição de verbas para atividades militares vinculadas ao território afegão. A postura de Londres indicou a Washington o primeiro sinal de sua futura retirada daquele teatro de guerra, dada a infrutuosidade do conflito, após quase uma década de esforços.

Na perspectiva do governo britânico, não há mais sentido em recuperar de modo temporário bairros em cidades importantes, como Candaar, por exemplo, ou em avançar de quando em quando no interior do inospitaleiro país. No médio prazo, falta, pois, à coligação otaniana apoio logístico e, mais importante, aprovação popular para continuar em tais locais por longos períodos, o que anula, na prática, todas as investidas nas áreas consideradas adversas.

Em quase um decênio transcorrido, os Estados Unidos já não dispõem de mais alternativas viáveis, haja vista o extenso arco de medidas aplicadas até o momento: da contenção da resistência integrista ou nacionalista à contemplação da recuperação nacional. Com exceção da cooptação espaçada de líderes clânicos, nenhuma delas se sustentou de maneira duradoura.

Se a confrontação não tem sido favorável aos governos ocidentais, às empresas, ela as tem beneficiado cotidianamente. Representadas por corporações de segurança, elas encarregam-se de garantir, através de vultosos contratos, instalações e autoridades norte-americanas – a chamada segurança diplomática. Pesam em sua atuação acusações diversas, entre as quais a de assassinio de civis. Apesar do desgaste político, não faltam a elas propostas do governo norte-americano ou do afegão. Uma delas se refere ao treinamento de parcela da polícia local (Getso 2009, 34-41; Leander 2005, 613-615).

A corrosão da presença dos efetivos otanianos não desanima os Estados Unidos, apesar do esgotamento de opções exequíveis. Recentemente, a Casa Branca comunicou à opinião pública outro modo de justificar sua permanência no Afeganistão: a econômica, ao tornar público o imenso potencial mineral do país: lítio, cobre, cobalto, ouro, ferro, entre outros. O valor estimado chegaria a centenas de bilhões de dólares (Toronto Star 2010, W.10).

A alusão à inexplorada riqueza expôs de maneira

involuntária o comportamento confuso de Washington lá: ora é o combate ao terrorismo, ora é a proteção de minorias étnicas ou religiosas, agora é a exploração futura de um patrimônio mineral¹¹. À distância, acompanham o desdobrar da situação caótica os republicanos, prontos para explorar de forma intensa as contradições políticas dos democratas na campanha presidencial de 2012.

Notas

¹ Bin Laden havia sido indiciado nos Estados Unidos por ter sido considerado o mentor dos ataques à Embaixada do Quênia e da Tanzânia em agosto de 1998. Pouco depois, Washington havia advertido Cabul que, se cidadãos norte-americanos sofressem novas agressões por parte da organização do saudita, o Afeganistão seria responsabilizado diretamente por abrigá-lo. Após o impacto do comunicado, ele aparentemente teria deixado o país.

² O serviço secreto paquistanês era visto com desconfiança pelo governo indiano e pelo norte-americano, por causa da larga presença de servidores simpáticos ao integrismo e, por conseguinte, ao Talibã. Com mais de 40 mil funcionários, ele teria autonomia excessiva dentro do Poder Executivo.

³ A quantia havia sido sugerida pelo Departamento de Defesa antes mesmo do indiciamento dos dois, o que impossibilitaria o pagamento da recompensa. Posteriormente, o Departamento de Estado pôde ratificar o valor, mas nenhum dos dois foi capturado até os dias atuais. No Iraque, o procedimento obteve êxito: o governo americano assassinou os dois filhos do ditador Saddam Hussein, Uday e Qusay, graças a uma informação precisa do paradeiro – por ela, o governo pagou 30 milhões de dólares.

⁴ Na centésima primeira legislatura, relativa à primeira metade do mandato de Barack Obama, o Partido Democrata detinha quase 60% dos votos em ambas as casas.

⁵ Em 1933, os democratas, sob liderança de Franklin Roosevelt, tentaram modificar a estrutura da saúde pública, com o propósito de torná-la universal à sociedade, porém os republicanos impediram-nos. A última tentativa ocorreu no primeiro mandato de Bill Clinton, no final de 1994 - a inspiração havia sido baseada no modelo britânico. Em 1965, Lyndon Johnson, ao estabelecer a 'Guerra à Pobreza', alterou o sistema público, de forma que o governo providenciasse assistência a idosos e famílias mais pobres. Reformar amplamente a saúde pública significaria melhorar a competitividade da indústria nacional, tendo em vista que os custos bancados de modo direto por corporações poderiam ser diluídos por toda a sociedade, como na Europa e no Japão – um trabalhador da indústria automobilística nipônica custa em média à sua companhia 60% do norte-americano

⁶ Mencione-se que Washington, apesar de reclamar da administração de Hamid Karzai por incompetência e suspeita de corrupção, apoiou-o no último pleito presidencial, não obstante a suspeição de todo o processo, conforme avaliação de representantes da missão de acompanhamento da Organização das Nações Unidas. Em face do andamento da eleição, Abdullah

Abdullah, candidato da oposição, desistiu da disputa do segundo turno. Mesmo assim, Karzai não sofreu nenhuma reprovação.

⁷ Em decorrência do desfecho negativo da Guerra do Vietnã, confronto no qual a imagem dos Estados Unidos corroeu-se muito, e das motivações da abdicação do Presidente Richard Nixon, seu sucessor, Gerald Ford, assinou, em fevereiro de 1976, o Decreto nº 11905. Baseado nas conclusões da Comissão de Estudo das Operações Governamentais com Respeito às Atividades de Inteligência do Senado - a chamada Comissão (Frank) Church - seu conteúdo objetivou disciplinar a atuação da comunidade de inteligência do Executivo, que abarcava nove segmentos. Por meio dele, instituiu-se a proibição de assassinios políticos por servidores públicos do país. As duas gestões subsequentes à de Ford mantiveram o compromisso: uma democrata, a de Jimmy Carter; a outra, republicana, a de Ronald Reagan.

⁸ Os Estados Unidos mantêm a maior parte dos capturados no Afeganistão, desprovido de condições apropriadas para abrigá-los e processá-los.

⁹ Paralelamente, o Departamento de Estado não vislumbra na elite política afegã um aliado de longo prazo, de forma que se conforma a contragosto com o grupo do Presidente Hamid Karzai, na prática, observado tão-somente como prefeito de Cabul, uma vez que a extensão de sua administração mal vai além dos arredores da capital.

¹⁰ À proporção que a situação se agravava, o governo se esforçava mais para ocultá-la. Assim, o Congresso autorizava as solicitações de verbas e os alistados não desertavam em larga escala - no começo de 1973, o Pentágono acabou com a conscrição, isto é, com o alistamento militar obrigatório.

¹¹ Quanto ao último, não se decidiu ainda a forma por que se aproveitarão as riquezas do subsolo; assim, outra disputa poderá vir a público em breve: desta vez, ela não será mais externa à coligação norte-atlântica, mas sim interna a ela, ao se definirem quais companhias de mineração dos países-membros poderão participar da exploração e em que escala.

Bibliografia

ARETXAGA, Begoña. 2001. *Terror as Thrill: First Thoughts on the 'War on Terrorism'*. Washington: Anthropological Quarterly;

BALDAUF, Scott, Tohid, Owais. 2003. *Where Taliban go to find warm beds and recruits*. Boston: The Christian Science Monitor;

BINYON, Michael. 2001. *The graveyard of invading armies*. London: The Times;

BUSH, George. 2001. *Address before a joint session of the Congress on the United States response to the terrorist attacks of September 11*. Washington: Weekly Compilation of Presidential Documents 37(38);

CULLAHTER, Nick. 2002. *Damming Afghanistan: Modernization in a buffer state*. Bloomington: The Journal of American History;

DREAZEN, Yochi. 2009. *US, Allies plan to bolster Kandahar force*. The Wall Street Journal, A.8;

GERSON, Joseph. 2009. *Warlords at Home and Abroad*. Connecticut: Peacework;

GETSO, Robert. 2009. *Department of defense civilian contractors and the global war on terrorism*. New York: Excelsior College;

GIBBS, David. 1987. *Does the USSR Have a 'Grand Strategy'? Reinterpreting the Invasion of Afghanistan*. Newcastle upon Tyne: Journal of Peace Research;

HAYDEN, Tom. 2009. *The Karzai questions; is supporting the Afghan president worth the cost in American Lives?* Los Angeles: Los Angeles Times;

HIRO, Dilip. 2001. *Before they can build a nation, Afghans need a national identity*. Washington: The Washington Post;

HIRSCH, Michael. 2005. *'Failure Is Not an Option'; Washington's envoy to Iraq speaks out about the new Constitution, and his strategy for containing the insurgency*. Washington: Newsweek;

LABOTT, Elisa. 2005. *US mulls \$ 50 million bin Laden bounty*. Atlanta. CNN. http://articles.cnn.com/2005-01-24/us/binladen.reward_1_bin-pakistani-newspapers-rewards?_s=PM:US (Acessed 6 February 2011).

LEANDER, Anna. 2005. *The Market for Force and Public Security: The Destabilizing Consequences of Private Military Companies*. London: Journal of Peace Research;

MacDONALD, Alistair. 2009. *Brown blasts Karzai on Afghan corruption*. Hong Kong: The Wall Street Journal Asia;

McGIRK, Tim. 2005. *A New Osama Push*. New York: Time, 23 January;

RUBIN, Alissa, Cowell, Alan. 2009. *Karzai is declared winner after rival quits*. Neuilly-sur-Seine: International Herald Tribune;

SINGH ROY, Meena. 2010. *Role of the Shanghai Cooperation Organisation in Afghanistan: Scope and Limitations*. London: Strategic Analysis 34(4);

SUHRKE, Astri. 2007. *Reconstruction as Modernisation: The 'Post-Conflict' Project in Afghanistan*. London: Third World Quarterly 28 (7);

WALLER, Douglas. 2002. *The disappearing Omar Reward*. New York: Time;

WARD, Andrew, DOMBEY, Daniel. 2008. *McCain attacks Obama over Iran policy*. London: Financial Times;

WELLS, P. 2010. *The New world Order*. Toronto: Macleans's 122(6);

ZALMAY, Khalilzad. 2010. *To win the war, empower the Afghan economy*. London: Financial Times

Consolidated appeal for Afghanistan 2011. 2011. United Nations. <http://ochaonline.un.org/humanitarianappeal/webpage.asp?Page=1917>. (Accessed February 9 2011);

Last seen in Kandahar. 1999. New York: Newsweek;

Luxury of life in Afghan desert. 2009. Gauhati: The Sentinel;

Reward on bin Laden's head to be doubled, report says. 2005. Calcutta: The Telegraph;

US does not need Pakistan approval for Balochistan drone strikes. 2010. London: BBC Monitoring South Asia. <http://search.proquest.com/docview/816364326?accountid=26646> (Accessed 30 January 2011);